

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 11ª REGIÃO PR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90008/2026**

**Edital nº 11, de 28 de abril de 2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região PR, representada pela Sra. Ilda Lopes Witiuk, Conselheira Presidenta, por meio do setor de Compras, Contratos e Licitações, com sede na rua Monsenhor Celso, nº 154, Centro, CEP 80.010-913, CURITIBA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, com dedicação exclusiva de mão de obra**, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual (EPIs), a serem executados na sede e seccionais do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região/PR, compreendendo áreas administrativas, sanitárias, cozinhas e ambientes de atendimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por itens, sendo o critério de julgamento o menor preço global por item, conforme tabela constante no Termo de Referência, totalizando 3 (três) itens.
- 1.3. O objeto da presente licitação caracteriza-se como serviços comuns conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/21.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme instrução normativa interna do CRESS/PR.
- 1.5. **QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO
Modalidade / Nº do Processo	Pregão Eletrônico nº 90011/2026
Órgão Contratante (UASG)	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região/PR (UASG 389280)
Objeto da Contratação	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos e EPIs, a serem executados nas unidades do CRESS/PR (Curitiba, Londrina e Cascavel).

Valor Estimado da Contratação	I – Item 1 – Curitiba: R\$ 3.582,71 II – Item 2 – Londrina: R\$ 2.706,91 III – Item 3 – Cascavel: R\$ 2.882,07
Data da Sessão Pública	03 de agosto de 2026
Horário da Sessão Pública	13h00 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	menor preço por item
Modo de Disputa	Aberto e fechado
Exclusividade para ME/EPP	Não
Sistema de Registro de Preços	Não

- 1.6. O valor estimado da contratação foi definido com base em composição analítica de custos, contemplando mão de obra, encargos, benefícios, insumos, materiais, equipamentos e BDI, conforme detalhamento constante no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

#### **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 1.7. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 1.7.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 1.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.11. Não poderão disputar esta licitação:

- 1.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 1.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 1.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 1.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 1.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 1.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 1.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 1.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 1.11.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 1.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 1.12. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 1.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 1.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## **2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 2.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 2.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 2.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.10.1 deste Edital.
- 2.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 2.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 2.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - 2.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 2.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 2.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 2.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 2.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 2.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 2.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 2.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 2.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 2.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



- 2.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 2.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 2.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 2.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 2.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 2.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 2.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **3. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

#### **3.11. DA PROPOSTA DETALHADA**

3.11.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar proposta detalhada, por item, contendo:

I – valor mensal do posto de trabalho;

II – planilha de custos e formação de preços, contemplando obrigatoriamente:

a) salário base, conforme Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

b) benefícios obrigatórios;

c) encargos sociais e trabalhistas;

d) custos com insumos, materiais, equipamentos e EPIs;

e) custos indiretos;

f) tributos;

g) lucro;

III – memória de cálculo dos valores apresentados;

IV – indicação expressa da Convenção Coletiva de Trabalho adotada.

3.11.2. A proposta deverá demonstrar a exequibilidade dos valores apresentados, sendo desclassificadas aquelas que não contemplem integralmente os custos mínimos da categoria profissional e dos insumos necessários à execução contratual.

3.12. Os custos relativos a insumos, materiais, equipamentos e utensílios deverão estar integralmente contemplados na proposta, com base em composição analítica, vedada a adoção de percentuais genéricos, devendo o licitante demonstrar a compatibilidade com as quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

#### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
  - 4.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 4.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 4.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 4.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

- 4.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 4.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 4.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 4.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 4.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 4.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 4.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,



oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

4.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

4.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

4.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 4.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 4.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 4.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 4.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 4.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 4.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 4.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- 4.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 4.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 4.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 4.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
  - 4.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 4.22.2.2. empresas brasileiras;
  - 4.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 4.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
  - 4.22.2.5. esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, realizado de forma automática pelo sistema, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 4.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
  - 4.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 4.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 4.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 4.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for

o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **5. DA FASE DE JULGAMENTO**

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5.1.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

5.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

5.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

5.8. Na análise da exequibilidade das propostas, serão considerados, especialmente:

I – os custos mínimos de mão de obra previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

II – os encargos sociais obrigatórios;

III – os custos com insumos e materiais;

IV – a compatibilidade com os preços de mercado.

5.9. A Administração poderá realizar diligências para verificação da exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos



unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 5.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 5.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 5.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 5.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
  - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 5.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 5.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 5.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 5.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 5.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.2. Para fins de habilitação técnica, deverá ser apresentada comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado
- 6.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 6.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada

consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 6.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 6.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 6.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 6.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
  - 6.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 6.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  - 6.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
  - 6.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto,

observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

- 6.11.3. Os documentos deverão ser anexados no campo específico da plataforma, organizados de forma a facilitar a verificação.
- 6.11.4. É obrigação do licitante a disponibilização de todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, de forma concisa, organizada, em formato .pdf.
  - 6.11.4.1. Os critérios mínimos de organização dos arquivos devem ser respeitados, visando a eficiência e celeridade no julgamento dos documentos de habilitação.
  - 6.11.4.2. O protocolo de documentos nomeados sem critério, desorganizados ou em arquivos misturados dificulta e por vezes impossibilita o trabalho dos agentes e equipe de apoio.
- 6.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
  - 6.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
  - 6.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 6.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
  - 6.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - 6.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  - 6.13.3. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;
  - 6.13.4. a apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 7.13 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 6.14. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou ainda, nas hipóteses admitidas no



item 7.12, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

6.14.1. o prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

6.14.2. em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

6.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

6.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

6.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **7. DA CONEXÃO NO SISTEMA**

7.1. Os licitantes **deverão** permanecer conectados no sistema após a etapa de lances até o encerramento do certame para:

- a) Responder em campo próprio eventual negociação solicitada pelo Pregoeiro;
- b) Encaminhar a proposta readequada ao último lance ofertado conforme item 5.23.4;
- c) Encaminhar os documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF conforme item 7.10.1;
- d) Responder ao chat sobre quaisquer outros questionamentos formulados pelo Pregoeiro;

7.1.1. A ausência de manifestação quanto a possibilidade de negociação poderá ser entendida como impossibilidade de redução dos valores.

7.1.2. A ausência de envio da proposta reajustada ao último lance ofertado incorrerá na desclassificação da proposta.



7.1.3. A ausência de envio de documentos de habilitação solicitados pelo pregoeiro incorrerá na inabilitação do licitante.

## **8. DOS RECURSOS**

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
  - 8.3.4. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site oficial do CRESS-PR e no endereço [licitacao@cresspr.org.br](mailto:licitacao@cresspr.org.br)

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica protocolada pelo e-mail [licitacao@cresspr.org.br](mailto:licitacao@cresspr.org.br)
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO, ENTREGA DO OBJETO E ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 11.1. As condições de fiscalização e gestão do contrato, entrega do objeto e condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.
- 11.2. O pagamento mensal ficará condicionado à apresentação de:

I – folha de pagamento dos empregados vinculados ao contrato;

II – comprovantes de recolhimento de FGTS;

III – comprovantes de recolhimento de INSS;

IV – certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

V – comprovação do fornecimento de benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico [licitacao@cresspr.org.br](mailto:licitacao@cresspr.org.br) e site oficial do CRESS/PR
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Curitiba, 28 de abril de 2026.

**Olegna de Souza Guedes**  
**Conselheira Presidenta**



## **ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

### **1. Identificação da demanda**

A presente demanda é formulada pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região/PR, autarquia federal responsável pela fiscalização do exercício profissional do Serviço Social no Estado do Paraná.

A contratação abrange a prestação de serviços nas seguintes unidades administrativas:

Sede Curitiba, localizada na Rua Monsenhor Celso, nº 154, 13º andar, Centro, Curitiba/PR;

Seccional Londrina, situada na Rua Piauí, nº 399, sala 101, Centro, Londrina/PR;

Seccional Cascavel, localizada na Rua Souza Naves, nº 3983, salas 303 e 304, Centro, Cascavel/PR.

### **2. Descrição da necessidade**

A contratação tem por finalidade assegurar a manutenção contínua das condições adequadas de higiene, limpeza, conservação e salubridade dos ambientes institucionais, indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas e ao atendimento ao público.

A medida visa, ainda, garantir a observância das normas sanitárias e de saúde ocupacional, a preservação do patrimônio público e a manutenção de condições dignas de trabalho aos empregados e usuários dos serviços.

A execução direta dos serviços mostra-se inviável, em razão da inexistência de estrutura organizacional própria, bem como da natureza operacional e contínua das atividades, que demandam especialização e gestão permanente.

A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) 2026 do CRESS/PR, classificada na rubrica “Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, sob o objeto “Limpeza terceirizada”, com grau de prioridade elevado, em conformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

Os recursos orçamentários destinados à contratação são provenientes da Receita de Contribuições (anuidades), conforme previsão constante no planejamento institucional.

### **3. Fundamentação legal**

A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à definição do objeto, planejamento da contratação, parcelamento, gestão e fiscalização contratual.

Aplica-se, ainda, o disposto no art. 37 da Constituição Federal, no que concerne aos princípios da Administração Pública, bem como a legislação trabalhista vigente, notadamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de asseio e conservação do Estado do Paraná (2026–2028), observando-se o reconhecimento das convenções

e acordos coletivos de trabalho previsto no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal e nos arts. 611 e 611-A da CLT.

#### **4. Caracterização do objeto**

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, ainda que em regime intermitente, a serem executados nas unidades administrativas do CRESS/PR.

Os serviços compreendem a limpeza e conservação de áreas administrativas, sanitárias, cozinhas e demais ambientes institucionais, incluindo o fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos e equipamentos de proteção individual necessários à execução contratual.

#### **5. Levantamento de soluções**

Foram avaliadas as alternativas possíveis para atendimento da demanda, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

A execução direta dos serviços foi considerada inviável, em razão da inexistência de estrutura administrativa e operacional própria para a realização das atividades, bem como dos custos fixos envolvidos na criação e manutenção de equipe interna.

A terceirização dos serviços mostrou-se a solução mais adequada, por possibilitar maior eficiência na execução, especialização da mão de obra, flexibilidade operacional e melhor relação custo-benefício para a Administração.

#### **6. Descrição da solução**

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços por meio de postos de trabalho, com alocação de um profissional por unidade administrativa.

A prestação dos serviços será realizada em regime intermitente, distribuída em dias alternados ao longo da semana, conforme planejamento operacional definido pela Administração, assegurando a manutenção contínua das condições de limpeza e conservação dos ambientes.

#### **7. Dimensionamento da contratação**

O dimensionamento da contratação foi realizado com base na área física das unidades, na quantidade e tipologia dos ambientes, bem como na complexidade operacional de cada local.

A área total a ser atendida corresponde a 372,83 m², distribuída da seguinte forma:

A unidade de Curitiba possui área de 227,80 m², composta por cinco conjuntos de salas, auditório, recepção, áreas administrativas e quatro sanitários, sendo classificada como de alta complexidade.

A unidade de Londrina possui área de 69,03 m², composta por sala subdividida em quatro ambientes, uma cozinha e um banheiro, sendo classificada como de média complexidade.

A unidade de Cascavel possui área de 76,00 m², composta por três salas, uma cozinha e dois banheiros, sendo classificada como de média complexidade.

O dimensionamento adotado considera a necessidade de manutenção contínua dos ambientes, a frequência de utilização e a especificidade das atividades desenvolvidas em cada unidade.

## **8. Parcelamento da contratação**

A contratação será realizada de forma parcelada, mediante divisão em três itens, correspondentes às unidades administrativas de Curitiba, Londrina e Cascavel.

O parcelamento encontra fundamento no art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sendo tecnicamente viável e operacionalmente adequado, além de promover a ampliação da competitividade e possibilitar a participação de um maior número de licitantes.

A adoção do parcelamento também contribui para a melhoria da gestão contratual, permitindo maior controle da execução dos serviços em cada unidade e adequada alocação de recursos conforme as especificidades locais.

## **9. ESTIMATIVA DE CUSTOS – COMPOSIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO**

### **9.1. Metodologia de formação de preços**

A estimativa de preços foi elaborada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante metodologia híbrida, composta por:

- I – utilização de dados do Painel de Preços do Compras.gov.br, com adoção da mediana como medida de tendência central, conforme IN SEGES/ME nº 65/2021;
- II – composição analítica da mão de obra com base na Convenção Coletiva vigente;
- III – levantamento quantitativo detalhado de insumos por unidade administrativa;
- IV – aplicação de custos indiretos e lucro (BDI).

A metodologia substitui percentuais abstratos por memória de cálculo detalhada, assegurando exequibilidade (art. 59) e aderência ao mercado.

### **9.2. Premissas adotadas**

Parâmetro	Descrição
Convenção Coletiva	Asseio e Conservação – PR (2026–2028)
Jornada	18 horas semanais
Piso salarial	R\$ 1.900,00
Função	Servente de limpeza

### 9.3. COMPOSIÇÃO DETALHADA DO POSTO (BASE)

Descrição	Memória de cálculo	Valor (R\$)	% sobre total
Salário base	$1.900 \times 40,91\%$	777,27	21,7%
Benefícios (CCT)	VA + sociais	452,00	12,6%
Encargos sociais	78% sobre salário	606,27	16,9%

**Subtotal – Mão de obra:** R\$ 1.835,54 (51,2%)

#### 9.3.1. Detalhamento dos encargos sociais e trabalhistas

Os encargos sociais e trabalhistas foram estimados no percentual de 78% (setenta e oito por cento) incidente sobre o salário base, com fundamento em composição analítica de custos, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa contempla integralmente os encargos legais, previdenciários e trabalhistas, bem como as provisões necessárias à execução contratual contínua, considerando a legislação vigente, a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e parâmetros praticados em contratações similares.

A composição dos encargos abrange, dentre outros, os seguintes componentes:

#### **I – Encargos previdenciários e sociais obrigatórios:**

- a) Contribuição previdenciária patronal (INSS);
- b) Riscos Ambientais do Trabalho (RAT);
- c) Contribuições a terceiros (Sistema S, INCRA e Salário-Educação);

#### **II – Encargos fundiários:**

- a) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incidente sobre a remuneração, férias e 13º salário;

#### **III – Provisões trabalhistas:**

- a) 13º salário;
- b) Férias acrescidas de 1/3 constitucional;

#### **IV – Encargos rescisórios:**

- a) Aviso prévio indenizado;
- b) Multa do FGTS;

#### **V – Custos indiretos vinculados à mão de obra:**

- a) Substituições decorrentes de afastamentos legais, férias e ausências justificadas;

O percentual adotado encontra-se compatível com os parâmetros de mercado para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, situando-se dentro da faixa usualmente praticada em contratações públicas análogas.

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo, sendo admitida a apresentação de composição própria pelos licitantes, desde que devidamente demonstrada a exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

### 9.3.2. Quadro referencial de composição dos encargos sociais

Componente	Percentual aproximado
INSS + RAT + Terceiros	27%
FGTS (incluindo reflexos)	11%
13º salário	8,33%
Férias + 1/3 constitucional	11,11%
Aviso prévio + multa FGTS	7%
Substituições (absenteísmo)	4%
Total estimado	78%

## 9.4. INSUMOS

### 9.4.1. Curitiba

Item	Unidade	Qtde	Valor Unit	Total
Detergente	5L	1	14,00	14,00
Desinfetante	5L	3	16,00	48,00
Água sanitária	12L	2	4,00	8,00
Álcool 70%	1L	6	23,00	138,00
Limpador multiuso líquido	1L	6	6,00	36,00
Limpador piso	5L	2	18,00	36,00
Limpa vidro	1L	2	5,00	10,00
Papel higiênico	pct	30	9,00	270,00
Papel toalha	pct	25	18,00	450,00



Saco lixo	pct	4	20,00	80,00
Esponja	pct	2	6,00	12,00
Pano limpeza	fardo	1	45,00	45,00
Pano prato	un	6	5,00	30,00
Álcool gel	5L	1	35,00	35,00
Sabonete líquido	5L	1	25,00	25,00

**Subtotal Curitiba: R\$ 1.253,00**

#### 9.4.2. Londrina

Item	Unidade	Qtde	Valor Unit (R\$)	Total (R\$)
Detergente	5L	1	14,00	14,00
Desinfetante	5L	1	16,00	16,00
Água sanitária	12L	1	4,00	4,00
Álcool 70%	1L	2	23,00	46,00
Limpador multiuso líquido	1L	2	6,00	12,00
Limpador piso	5L	1	18,00	18,00
Limpa vidro	1L	1	5,00	5,00
Papel higiênico	pct	10	9,00	90,00
Papel toalha	pct	8	18,00	144,00
Saco lixo	pct	1	20,00	20,00
Esponja	pct	1	6,00	6,00
Pano limpeza	fardo	1	45,00	45,00
Pano prato	un	2	5,00	10,00
Álcool gel	5L	1	35,00	35,00
Sabonete líquido	5L	1	25,00	25,00

**Subtotal Londrina: R\$ 498,00**

**9.4.3. Cascavel**

Item	Unidade	Qtde	Valor Unit (R\$)	Total (R\$)
Detergente	5L	1	14,00	14,00
Desinfetante	5L	2	16,00	32,00
Água sanitária	12L	1	4,00	4,00
Álcool 70%	1L	3	23,00	69,00
Limpador multiuso líquido	1L	3	6,00	18,00
Limpador piso	5L	1	18,00	18,00
Limpa vidro	1L	1	5,00	5,00
Papel higiênico	pct	15	9,00	135,00
Papel toalha	pct	10	18,00	180,00
Saco lixo	pct	2	20,00	40,00
Esponja	pct	1	6,00	6,00
Pano limpeza	fardo	1	45,00	45,00
Pano prato	un	3	5,00	15,00
Álcool gel	5L	1	35,00	35,00
Sabonete líquido	5L	1	25,00	25,00

**Subtotal Cascavel: R\$ 649,00**

**Total mensal: R\$ 2.400,00**

**9.5. CONSOLIDAÇÃO DOS INSUMOS**

Unidade	Valor	% participação
Curitiba	1.253,00	52%
Londrina	498,00	21%

Cascavel	649,00	27%
----------	--------	-----

**9.5.1. Total insumos: R\$ 2.400,00**

**9.5.2. Média por posto: R\$ 800,00**

**9.6. COMPOSIÇÃO FINAL POR POSTO (COM BDI)**

**Curitiba**

Item	Valor	%
Mão de obra	1.835,54	51,3%
Insumos	1.253,00	35,0%
Subtotal	3.088,54	—
BDI (16%)	494,17	13,7%

**Total Curitiba: R\$ 3.582,71**

**Londrina**

Item	Valor	%
Mão de obra	1.835,54	67,8%
Insumos	498,00	18,4%
Subtotal	2.333,54	—
BDI (16%)	373,37	13,8%

**Total Londrina: R\$ 2.706,91**

**Cascavel**

Item	Valor	%
Mão de obra	1.835,54	63,7%
Insumos	649,00	22,5%
Subtotal	2.484,54	—
BDI (16%)	397,53	13,8%

**Total Cascavel: R\$ 2.882,07**

### 9.7. CONSOLIDAÇÃO FINAL DA CONTRATAÇÃO

Quantidade de postos	Valor unitário médio	Total mensal
3 postos	R\$ 3.057,23	R\$ 9.171,69

### 9.8. Análise técnica

A composição de custos evidencia a predominância da mão de obra na estrutura da contratação, variando aproximadamente entre cinquenta por cento e sessenta e sete por cento do custo total por unidade, o que se mostra compatível com a natureza de serviços continuados prestados com dedicação exclusiva de pessoal. Os custos relativos aos insumos foram dimensionados com base em metodologia analítica e individualizada, refletindo a demanda real de cada unidade administrativa, consideradas suas especificidades operacionais, tais como metragem, número de sanitários e intensidade de utilização dos ambientes institucionais.

O percentual de Bonificação e Despesas Indiretas, fixado em dezesseis por cento sobre o custo operacional, apresenta-se compatível com os parâmetros praticados no mercado para contratações similares, contemplando adequadamente os custos indiretos, tributos e margem de lucro, sem comprometer a competitividade do certame.

A adoção de valores diferenciados por unidade administrativa confere maior precisão à estimativa de custos, afastando distorções decorrentes da aplicação de critérios uniformes e contribuindo para a adequada aferição da exequibilidade das propostas, em conformidade com a legislação vigente.

Foi realizada pesquisa complementar de preços por meio da ferramenta “Menor Preço” (CELEPAR), com base em notas fiscais eletrônicas emitidas no Estado do Paraná, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

A análise comparativa entre os valores obtidos e aqueles inicialmente estimados demonstrou compatibilidade e aderência aos preços praticados no mercado, especialmente considerando as quantidades estimadas de consumo e as especificidades operacionais de cada unidade administrativa.

Verificou-se que eventuais variações identificadas não impactam de forma relevante o custo global da contratação, motivo pelo qual foram mantidos os valores originalmente estimados, por se mostrarem adequados, suficientes e compatíveis com a realidade de mercado, em observância aos princípios da economicidade e da vantajosidade.

### 9.9. Fundamentação legal

A estimativa de custos foi elaborada em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao conceito de custos previsto no art. 6º, inciso XXIII, aos critérios para estimativa de preços estabelecidos no art. 23 e às regras relativas à análise de exequibilidade das propostas previstas no art. 59.

Os valores dos insumos foram atualizados com base em pesquisa complementar realizada por meio de notas fiscais eletrônicas (NF-e), conforme ferramenta oficial do Estado do Paraná (CELEPAR – Menor Preço), em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando maior aderência aos preços efetivamente praticados no mercado.

Adicionalmente, foram observados os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que disciplina os procedimentos para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública.

#### **9.10. Conclusão**

A metodologia adotada para a estimativa de custos revela-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente consistente, estando alinhada aos parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. A composição apresentada contempla todos os elementos necessários à execução do objeto, assegurando compatibilidade com os preços de mercado, adequada avaliação da exequibilidade das propostas e a continuidade da prestação dos serviços.

Os valores estimados possuem caráter referencial, admitindo-se a apresentação de composição própria pelas licitantes, desde que devidamente justificada e demonstrada a sua exequibilidade, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

#### **10. ANÁLISE DE RISCOS**

Risco	Impacto	Mitigação
Falta de funcionário	Alto	Substituição em 24h + glosa
Inadimplência trabalhista	Alto	Retenção de pagamento
Má execução	Médio	Fiscalização + sanção
Subdimensionamento	Médio	Revisão contratual

#### **11. Conclusão**

A presente contratação revela-se necessária à adequada manutenção das condições de higiene, salubridade e conservação dos ambientes institucionais, constituindo medida indispensável ao regular funcionamento das atividades administrativas e ao atendimento ao público.

Sob o aspecto técnico-operacional, a solução adotada mostra-se eficiente, tendo em vista a definição adequada do modelo de execução, o dimensionamento dos postos de trabalho e a previsão detalhada dos insumos necessários à continuidade dos serviços.

No que se refere à viabilidade econômica, a estimativa de custos foi elaborada com base em metodologia analítica, compatível com os parâmetros de mercado, assegurando a exequibilidade das propostas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**ANDRESSA CARDOSO**  
Coordenadora Administrativo-Financeira



## **ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

### **1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas unidades administrativas do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região/PR.

1.2. Os serviços compreendem:

- I – limpeza e conservação de áreas administrativas, sanitárias, cozinhas e ambientes de atendimento ao público;
- II – fornecimento integral de materiais, insumos, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual necessários à execução contratual;
- III – manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e organização dos ambientes institucionais.

1.3. A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) 2026 do CRESS/PR, classificada na rubrica “Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”, estando alinhada ao planejamento institucional.

1.4. Os recursos orçamentários são provenientes da Receita de Contribuições (anuidades).

1.5. Trata-se de serviço de natureza contínua e essencial, indispensável ao regular funcionamento das atividades administrativas, razão pela qual possui grau de prioridade elevado.

### **2. DIVISÃO EM ITENS**

2.1. A contratação será estruturada em três itens, correspondentes às unidades administrativas do CRESS/PR.

2.2. A caracterização de cada item é a seguinte:

I – Item 1 – Curitiba

- a) endereço: Rua Monsenhor Celso, nº 154, 13º andar;
- b) área total: 227,80 m²;
- c) sanitários: 4;
- d) classificação: alta complexidade.

II – Item 2 – Londrina

- a) endereço: Rua Piauí, nº 399, sala 101;
- b) área total: 69,03 m²;
- c) ambientes: sala subdividida, 1 cozinha e 1 banheiro;
- d) classificação: média complexidade.

III – Item 3 – Cascavel

- a) endereço: Rua Souza Naves, nº 3983, salas 303/304;
- b) área total: 76,00 m²;

- c) ambientes: 3 salas, 1 cozinha e 2 banheiros;  
d) classificação: média complexidade.

### 3. MODELO DE EXECUÇÃO

3.1. A execução dos serviços será realizada mediante alocação de postos de trabalho, observando-se:

- I – 1 (um) profissional por unidade administrativa;  
II – total de 3 (três) postos de trabalho;  
III – dedicação exclusiva de mão de obra.

3.2. A jornada de trabalho será fixada em 18 (dezoito) horas semanais por posto, distribuídas:

- I – às segundas, quartas e sextas-feiras;  
II – no período das 12h às 18h.

3.3. O regime de execução será contínuo, ainda que com prestação intermitente ao longo da semana, devendo a contratada assegurar a manutenção permanente das condições de limpeza, conservação e higienização dos ambientes.

### 3.4. QUADRO CONSOLIDADO DA CONTRATAÇÃO

3.4.1. Para fins de formulação de proposta, apresenta-se o quadro consolidado estimativo da contratação:

Item	Unidade	Cidade	Área (m²)	Sanitários	Complexidade	Postos	Jornada	Valor mensal estimado (R\$)
1	Sede	Curitiba	227,80	4	Alta	1	18h/se m	3.582,71
2	Seccional	Londrina	69,03	1	Média	1	18h/se m	2.706,91
3	Seccional	Cascavel	76,00	2	Média	1	18h/se m	2.882,07

3.4.2. Consolidação geral da contratação:

- I – total de postos: 3 (três);  
II – valor mensal estimado: R\$ 9.171,69;  
III – valor anual estimado: R\$ 110.060,28.

3.4.3. O quadro consolidado possui caráter meramente referencial, destinando-se a subsidiar a elaboração das propostas pelos licitantes, não vinculando a Administração quanto à execução

contratual, desde que demonstrada a exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, padronizada e com qualidade compatível com as normas sanitárias e de saúde ocupacional, compreendendo, no mínimo:

##### **4.1.1. Limpeza geral e conservação**

- I – varrição, aspiração e lavagem de pisos;
- II – limpeza e desinfecção de superfícies, mobiliários, equipamentos e objetos;
- III – remoção de pó de mesas, cadeiras, armários, divisórias e equipamentos;
- IV – limpeza de portas, maçanetas, vidros acessíveis e interruptores;
- V – higienização de áreas administrativas e de atendimento ao público.

##### **4.1.2. Sanitários**

- I – limpeza e desinfecção completa de vasos sanitários, pias, torneiras e espelhos;
- II – lavagem periódica de pisos e paredes;
- III – reposição de insumos (papel higiênico, papel toalha e sabonete, quando aplicável);
- IV – manutenção permanente das condições de higiene.

##### **4.1.3. Copa e cozinha**

- I – limpeza de pias, bancadas, mesas e superfícies;
- II – lavagem de louças, utensílios e equipamentos utilizados;
- III – higienização interna e externa de geladeiras e eletrodomésticos;
- IV – preparo de café e bebidas institucionais, quando solicitado;
- V – limpeza e organização geral do ambiente.

##### **4.1.4. Gestão de resíduos**

- I – coleta, acondicionamento e descarte adequado de resíduos;
- II – substituição de sacos de lixo sempre que necessário;
- III – manutenção das lixeiras sempre limpas, organizadas e com saco adequado.

##### **4.1.5. Limpeza de materiais e utensílios**

- I – lavagem e higienização de panos de limpeza e panos de prato;
- II – lavagem periódica de tapetes e materiais reutilizáveis;
- III – zelo e conservação dos equipamentos e utensílios fornecidos.

##### **4.1.6. Reposição e controle de insumos**

- I – reposição de álcool em gel e demais insumos de higiene;
- II – controle de estoque mínimo de materiais;
- III – comunicação prévia ao setor de compras ou fiscal do contrato sobre necessidade de

reposição;

IV – vedação à interrupção dos serviços por falta de materiais.

#### 4.1.7. Periodicidade mínima

I – limpeza geral das áreas comuns: em todos os dias de prestação;

II – limpeza completa de sanitários: em todos os dias de prestação;

III – lavagem mais intensiva (pisos, sanitários e áreas comuns): no mínimo 1 (uma) vez por semana.

### 5. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

A execução contratual caracteriza-se pela dedicação exclusiva de mão de obra, com a alocação fixa de profissionais nas unidades administrativas do CRESS/PR, ainda que sob regime intermitente, devendo a contratada assegurar a presença regular dos empregados designados, em conformidade com a jornada estabelecida e as necessidades da Administração.

Os profissionais alocados deverão manter vínculo direto com a contratada, que será integralmente responsável pela sua contratação, gestão, supervisão, remuneração e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, vedada a intermediação por terceiros.

### 6. INSUMOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

6.1. A contratada deverá fornecer, de forma contínua e ininterrupta, todos os materiais, equipamentos, utensílios e equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à adequada execução dos serviços, em quantidade suficiente para atender integralmente à demanda das unidades, sendo vedada qualquer paralisação decorrente de insuficiência ou ausência de insumos.

6.2. Os materiais utilizados deverão atender a padrões mínimos de qualidade, estando devidamente regularizados perante a autoridade sanitária competente, quando aplicável, não sendo admitida a utilização de produtos inadequadamente diluídos, ineficazes ou em desconformidade com as normas técnicas pertinentes.

6.3. Para fins de dimensionamento e verificação da exequibilidade, considera-se como referência o quantitativo mínimo estimado mensal por posto de trabalho, compreendendo:

I – produtos de limpeza, incluindo Detergente desengordurante líquido concentrado (mínimo de 5 litros), desinfetante (mínimo de 10 litros), água sanitária (mínimo de 10 litros), álcool 70% (mínimo de 5 litros), Limpador multiuso líquido (mínimo de 5 litros) e limpador de piso (mínimo de 10 litros);

II – materiais de consumo, compreendendo papel higiênico e papel toalha conforme a demanda, sacos de lixo de diversos tamanhos (15L, 20L, 50L, mínimo de 100 unidades), Esponja dupla face multiuso (espuma + fibra abrasiva) (mínimo de 10 unidades) e panos de limpeza (mínimo de 10 unidades);

III – equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, tais como mop completo (úmido e pó), baldes funcionais, rodos, vassouras, pá coletora e aspirador de pó, quando necessário;

IV – equipamentos de proteção individual, incluindo luvas de borracha, máscaras quando exigidas pelas condições de trabalho e uniformes adequados.

6.4. A contratada deverá manter estoque mínimo de materiais em cada unidade, suficiente para garantir a execução dos serviços pelo período mínimo de 15 (quinze) dias, assegurando a continuidade da execução contratual.

6.5. Compete ao preposto da contratada a gestão operacional dos insumos, incluindo o controle de consumo, o monitoramento dos níveis de estoque, a reposição periódica dos materiais e a interlocução direta com a fiscalização do contrato.

6.6. A reposição dos materiais deverá ocorrer de forma preventiva e contínua, sendo vedada a reposição apenas após o esgotamento total dos insumos.

6.7. A utilização de materiais inadequados, insuficientes ou de baixa qualidade ensejará a glosa proporcional dos valores contratados, a determinação de substituição imediata e a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. A fiscalização do contrato poderá, a qualquer tempo, exigir a substituição de materiais e produtos que não atendam aos padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

## **7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada assegurar o controle de frequência dos empregados, bem como apresentar, sempre que solicitado, os registros e documentos comprobatórios pertinentes à execução dos serviços.

A fiscalização abrangerá, inclusive, a verificação da qualidade dos serviços, da regularidade do fornecimento de insumos e do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais.

## **8. SUBSTITUIÇÃO DE PROFISSIONAL**

A ausência de profissional alocado na execução contratual deverá ser suprida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da sua ocorrência, sob pena de glosa proporcional, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **9. SUBCONTRATAÇÃO**

A subcontratação será admitida de forma parcial, desde que previamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, limitada às atividades acessórias e instrumentais necessárias à execução do objeto.

É expressamente vedada a subcontratação das atividades principais, especialmente aquelas que envolvam a disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, devendo os profissionais ser diretamente contratados, geridos e remunerados pela contratada.



A subcontratação não afasta nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto contratual, permanecendo esta como única responsável perante a Administração.

## **10. PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a comprovação da execução regular dos serviços, ficando condicionado ao cumprimento integral das obrigações contratuais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais pela contratada.

Para fins de liberação do pagamento, a contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, até a data de vencimento da fatura, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (CNDs) válidas, bem como os documentos relativos ao adimplemento das obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual.

O pagamento ficará condicionado à análise e validação da documentação pela fiscalização do contrato, podendo ser suspenso em caso de irregularidades.

A ausência de profissional alocado, ainda que parcialmente, implicará glosa proporcional no valor mensal devido, correspondente ao período não trabalhado, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da contratada:

- I – cumprir integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional;
- II – efetuar o pagamento de salários, benefícios e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais de seus empregados;
- III – assegurar a substituição de empregados sempre que necessário à continuidade dos serviços;
- IV – manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

### **11.1. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**

A contratada deverá executar os serviços com urbanidade, zelo, eficiência e respeito ao ambiente institucional, mantendo conduta compatível com a natureza pública da Administração.

Deverá comunicar previamente eventuais ausências ou impossibilidades de comparecimento de seus empregados, providenciando a substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Compete à contratada manter controle efetivo de frequência e assiduidade, bem como orientar seus empregados quanto às rotinas operacionais e padrões exigidos pela Administração.

Deverá designar formalmente preposto para interlocução com a fiscalização do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Incumbe, ainda, à contratada manter controle e registro do consumo de materiais, informar periodicamente o nível de estoque e a necessidade de reposição, bem como zelar pelos materiais, equipamentos e patrimônio público.

A contratada deverá assegurar a continuidade dos serviços, sendo vedada qualquer paralisação decorrente de falhas operacionais, administrativas ou logísticas.

## **12. PLANILHA DE CUSTOS**

A proposta deverá conter planilha de custos e formação de preços detalhada, contemplando, no mínimo, o salário base proporcional à jornada, os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, os encargos sociais e trabalhistas, os custos com insumos e materiais, bem como os custos indiretos, tributos e lucro (BDI).

A planilha de custos elaborada pela Administração possui caráter meramente referencial, cabendo à licitante apresentar sua própria composição, observando integralmente os parâmetros da legislação trabalhista e da convenção coletiva aplicável.

Os percentuais adotados deverão ser devidamente justificados, sendo desclassificadas as propostas inexequíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Administração poderá realizar diligências para verificação da compatibilidade dos valores apresentados com o mercado e com a execução contratual.

O percentual de custos indiretos e lucro (BDI) deverá ser explicitado, sendo adotado como referência estimativa o percentual médio de 16% (dezesesseis por cento), não vinculante.

## **13. MEMÓRIA DE CÁLCULO**

A formação dos preços deverá observar a proporcionalidade da jornada de trabalho (18 horas semanais em relação à jornada padrão de 44 horas), a incidência dos benefícios conforme os dias efetivamente trabalhados, a estimativa dos encargos sociais e trabalhistas, incluindo INSS, FGTS e provisões legais, bem como a adequada composição dos custos indiretos e do BDI.

## **14. VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que demonstrada, a cada exercício, a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais de habilitação.

A prorrogação contratual ficará condicionada à:

- I – comprovação da vantajosidade econômica da contratação;
- II – adequada execução do objeto pela contratada;
- III – manutenção das condições de habilitação e qualificação;
- IV – existência de disponibilidade orçamentária;
- V – interesse da Administração devidamente justificado.

## **15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento será o de menor preço por item, sendo os itens estruturados por unidade administrativa (Curitiba, Londrina e Cascavel), de modo a possibilitar a adjudicação individualizada, preservando a competitividade e a vantajosidade da contratação.

A divisão por unidades administrativas visa facilitar a gestão e a fiscalização contratual, em conformidade com o art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da ampliação da disputa.

Não será exigida garantia para a execução do contrato, com fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

A dispensa da garantia justifica-se em razão das características do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, de baixa complexidade operacional e sem elevado risco financeiro para a Administração.

Ademais, a execução contratual será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, com previsão de mecanismos de controle, retenção de pagamentos e aplicação de sanções administrativas, os quais se mostram suficientes para mitigar riscos de inadimplemento contratual.

A exigência de garantia, no presente caso, poderia restringir a competitividade do certame, especialmente quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sem ganho proporcional à segurança da contratação.

## **16. PREPOSTO**

A contratada deverá designar formalmente preposto, responsável pela interlocução com a Administração, acompanhamento da execução contratual e atendimento às demandas da fiscalização, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **17. PESQUISA DE PREÇOS (ART. 23 DA LEI Nº 14.133/2021)**

### **17.1. Metodologia adotada**

17.1.1. A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante metodologia híbrida, composta por:

- I – utilização de dados extraídos do Painel de Preços do Compras.gov.br;
- II – adoção da mediana como medida de tendência central, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;
- III – composição analítica dos custos da contratação.

17.1.2. Foi considerada a pesquisa registrada sob nº 12/2026, vinculada à UASG 389280, abrangendo contratações similares realizadas nos últimos 12 (doze) meses.

### **17.2. Tratamento dos dados**

17.2.1. A análise dos dados evidenciou elevada dispersão de preços, motivo pelo qual foi adotada a mediana como parâmetro de referência, por sua maior robustez frente a valores extremos.

17.2.2. Considerando as diferenças entre os objetos pesquisados e a presente contratação, os valores obtidos foram utilizados de forma subsidiária, sendo ajustados mediante análise técnica.

### 17.3. Integração com a planilha de custos

17.3.1. A estimativa foi estruturada com base em composição analítica, contemplando:

- I – custos de mão de obra, incluindo salário, benefícios e encargos sociais;
- II – custos com insumos, materiais, equipamentos e equipamentos de proteção individual;
- III – custos indiretos, tributos e margem de lucro (BDI).

17.3.2. Os insumos foram dimensionados a partir de levantamento quantitativo individualizado por unidade administrativa, resultando no valor mensal estimado de R\$ 2.400,00 para o conjunto das unidades.

### 17.4. Resultado da estimativa

17.4.1. A estimativa final da contratação resultou nos seguintes valores mensais:

- I – Curitiba: R\$ 3.582,71;
- II – Londrina: R\$ 2.706,91;
- III – Cascavel: R\$ 2.882,07.

17.4.2. A consolidação da estimativa apresenta:

- I – valor total mensal: R\$ 9.171,69;
- II – valor total anual: R\$ 110.060,28.

### 17.5. Justificativa e conclusão

17.5.1. A estimativa contempla todos os custos necessários à execução contratual, incluindo mão de obra, insumos e encargos.

17.5.2. A metodologia adotada, baseada em composição analítica, assegura:

- I – compatibilidade com os preços de mercado;
- II – adequada avaliação da exequibilidade das propostas;
- III – conformidade com os arts. 23 e 59 da Lei nº 14.133/2021.

**ANDRESSA CARDOSO**

**Coordenadora Administrativo-Financeira**

## ANEXO IV-A – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (MODELO DO LICITANTE)

### 1. COMPOSIÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

1.1. O licitante deverá preencher a planilha abaixo, demonstrando a composição detalhada dos custos:

Item	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
1	Salário base (proporcional à jornada)	Mensal	_____
2	Benefícios (CCT)	Mensal	_____
3	Encargos sociais e trabalhistas	Mensal	_____
Subtotal – Mão de obra			_____

### 2. INSUMOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Item	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
1	Produtos de limpeza	Mensal	_____
2	Materiais de consumo	Mensal	_____
3	Equipamentos e utensílios	Mensal	_____
4	EPIs	Mensal	_____
Subtotal – Insumos			_____

### 3. CUSTOS INDIRETOS E BDI

Item	Descrição	Percentual (%)	Valor (R\$)
1	Custos indiretos	_____	_____
2	Tributos	_____	_____



3	Lucro	_____	_____
<b>BDI Total</b>		_____	_____

#### 4. VALOR FINAL

Descrição	Valor (R\$)
Subtotal (Mão de obra + Insumos)	_____
BDI	_____
Valor mensal por posto	_____

#### 5. DECLARAÇÃO

5.1. O licitante declara que:

- I – os valores apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos;
- II – foram observadas as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;
- III – a proposta é plenamente exequível;
- IV – os insumos são suficientes para execução integral do objeto.

Assinatura do representante legal.

## ANEXO IV-B – PLANILHA REFERENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO (NÃO VINCULANTE)

### 1. FINALIDADE

1.1. A presente planilha possui caráter exclusivamente referencial, destinada a subsidiar a análise de exequibilidade das propostas, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Os valores não vinculam os licitantes, sendo admitida a apresentação de composição própria.

### 2. COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA (REFERENCIAL)

Item	Descrição	Valor (R\$)
1	Salário base proporcional	777,27
2	Benefícios (CCT)	452,00
3	Encargos sociais	606,27
Subtotal		1.835,54

### 3. INSUMOS (REFERENCIAL MENSAL)

Unidade	Valor (R\$)
Curitiba	1.253,00
Londrina	498,00
Cascavel	649,00

### 4. COMPOSIÇÃO FINAL POR UNIDADE

#### 4.1. Curitiba

Descrição	Valor (R\$)
Mão de obra	1.835,54
Insumos	1.253,00
Subtotal	3.088,54
BDI (16%)	494,17
Total	3.582,71

#### 4.2. Londrina

Descrição	Valor (R\$)
Mão de obra	1.835,54
Insumos	498,00
Subtotal	2.333,54
BDI (16%)	373,37
Total	2.706,91

#### 4.3. Cascavel

Descrição	Valor (R\$)
Mão de obra	1.835,54
Insumos	649,00
Subtotal	2.484,54
BDI (16%)	397,53
Total	2.882,07

#### 5. CONSOLIDAÇÃO

Descrição	Valor (R\$)
Total mensal	9.171,69
Total anual	110.060,28

## ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante legal: \_\_\_\_\_

### 2. PROPOSTA DE PREÇOS

2.1. O licitante apresenta a seguinte proposta:

Item	Unidade	Valor Mensal (R\$)
1	Curitiba	_____
2	Londrina	_____
3	Cascavel	_____
Total Mensal		_____

### 3. DECLARAÇÕES

3.1. O licitante declara que:

- I – a proposta contempla todos os custos necessários à execução do objeto;
- II – os valores são compatíveis com a legislação trabalhista e a Convenção Coletiva;
- III – os insumos estão integralmente considerados;
- IV – a proposta é exequível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 4. VALIDADE DA PROPOSTA

4.1. Prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

### 5. ASSINATURA

Local e data.

Assinatura do representante legal.